

Lukács e a democratização socialista

Marcos Del Roio

Como citar: ROIO, Marcos Del. **Lukács e a democratização socialista**. In: REI, Marcus Del (org.). **György Lukács e a emancipação humana**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p.131-150. DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7559-344-8.p131-150>



LUKÁCS E A DEMOCRATIZAÇÃO SOCIALISTA

Marcos Del Roio

Introdução

György Lukács, durante sua longa vida e em sua extensa obra, nunca deixou de pensar a política e a democracia. Essa afirmação pode até parecer estranha se observarmos que a maior parte de seus escritos se refere a problemas da filosofia da cultura, em particular da estética e da teoria literária, além de ele ser visto por muitos desavisados como um ideólogo stalinista. Mas se notarmos que o cerne de seu pensamento foi sempre a esfera da subjetividade, a preocupação em explicar o como e o porquê da entificação de determinadas subjetividades, não podemos contornar a política e sua expressão democrática e revolucionária. Em outras palavras, o problema da democratização socialista permeia toda a elaboração teórica de Lukács.

A fim de deslindar o significado profundo das supraestruturas complexas manifestas na estética e na ética, quase no fim da vida Lukács pensou ser necessário esclarecer o estatuto e a ontologia do ser social. Nessa pesquisa, dedicou-se a demonstrar que o trabalho é o fundamento da sociabilidade humana e apontou a superação do direito como o pressuposto da ética; no entanto, ele não faz uma abordagem específica da política. Como hipótese, podemos dizer que a explicação para essa ausência talvez esteja simplesmente no fato de Lukács localizar a política como envolta pela cultura e subsumida na totalidade da práxis social. Contudo, ele escreveu textos políticos importantes em diversos momentos, precisamente naqueles em que esteve mais envolvido com essa atividade. Não é o caso de fazer uma análise acurada de seu período conselheirista “luxemburguista”, mas uma referência é importante para obter maior clareza das posições políticas desse autor perto do fim de sua vida.

Pelo conjunto de sua obra, Lukács pode ser identificado, ao lado de Gramsci, como parte daquilo que pode ser chamado de segundo momento da refundação comunista do século XX¹. O primeiro momento é identificado pelo próprio Lukács: “Rosa Luxemburgo

¹ Marcos Del Roio, *O império universal e seus antipodas: a ocidentalização do mundo* (São Paulo, Ícone, 1998), p. 273.

foi uma verdadeira líder do proletariado. Juntamente com Lenin, talvez seja a única sucessora digna de Marx e Engels². A característica do segundo momento da refundação é a preocupação com a materialidade da esfera da subjetividade, da política e da cultura, das supraestruturas da sociedade civil (para dizer com Gramsci).

Dos conselhos operários à frente única

A formação intelectual de Lukács é de estampo neoplatônico e neokantista, mas entrelaçado com formas de pensamento crítico de viés irracionalista, como em Kierkegaard. Já influenciado por Simmel, em 1913 passa a fazer parte do círculo de Heidelberg, grupo intelectual coordenado por Max Weber. Crítico visceral do positivismo e próximo da sociologia compreensiva, Lukács lê Hegel a fim exatamente de buscar uma explicação objetiva e racional para a crise terrível desencadeada pela guerra. Para Lukács, assim como para muitos intelectuais críticos, que destoavam da louvação generalizada ao deus da guerra, esse acontecimento precisava ser explicado e combatido.

A revolução socialista na Rússia pareceu apontar o caminho concreto para a superação do desastre humano gerado pela guerra imperialista. Era o momento de retomar leituras de Marx (antes estudado como “sociólogo”) e conhecer mais a fundo Anton Pannekoek, Rosa Luxemburgo e Georges Sorel. Foi assim que Lukács se aproximou do conselhismo alemão e da tese da cisão radical com o mundo burguês.

Em fins de 1918, a guerra foi suspensa quando a revolução social e nacional se alastrou pela Áustria-Hungria e pela Alemanha, e as burguesias viram que precisariam de muita força para contê-la. Lukács aderiu ao Partido Comunista da Hungria logo em 2 de dezembro, poucos dias depois de sua fundação, e participou ativamente do processo revolucionário que forjou a república conselhistas húngara, da qual foi vice-ministro da Cultura e Educação Popular. A revolução, que se impôs sobre as ruínas do Estado Imperial habsburguiano, foi massacrada pelo levante das forças militares da nobreza e pela invasão militar conjunta de Romênia e Checoslováquia, estimulada pela França. Depois de dois meses na clandestinidade, Lukács foge para a Áustria e se torna um dos editores da revista da Internacional Comunista, a *Kommunistus*, dedicada aos países do sudeste europeu.

Durante esse período, escreve diversos artigos na imprensa da Internacional Comunista que relacionam moral e política e discutem problemas de organização. Escreve também, no começo de 1921, o já citado prefácio de uma edição do livro de Rosa Luxemburgo, *Greve de massa, partido e sindicato**, no qual faz largo elogio à revolução polonesa:

Se analisarmos na atualidade a obra de Rosa Luxemburgo, comprovaremos que foi ela a primeira a perceber corretamente o *imperialismo* como a última etapa do capitalismo e suas consequências: a guerra mundial e a revolução mundial; a que primeiramente descobriu a única arma eficaz contra os perigos do imperialismo: os movimentos de massa revolucionários.³

² G. Lukács, “Prefácio a Rosa Luxemburgo”, em Michael Löwy, *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários* (São Paulo, Lech, 1979), p. 312.

* Incluso em Ademar Bogo (org.), *Teoria da organização política* (São Paulo, Expressão Popular, 2005). (N. E.)

³ *Ibidem*, p. 313.

No artigo “A questão do parlamentarismo”, o filósofo exilado entendia nesse tempo que “os conselhos operários, como organização de todo o proletariado (daquele consciente como aquele desprovido de consciência), se projetam apenas com o fato de existir para além da sociedade burguesa. [...]. De fato, tudo isso que vem atuado e conseguido nos conselhos operários é arrancado pela força da burguesia”. Por isso: “Como organização ofensiva do proletariado revolucionário, o conselho operário existe só enquanto ameaça à existência da sociedade burguesa, enquanto passo a passo se bate para destruí-la e preparar assim a edificação da sociedade proletária”⁴. A conclusão é que “onde (mesmo no âmbito mais modesto) o conselho operário é possível, o parlamentarismo é supérfluo”⁵.

Mas como se pode chegar a essa situação de cisão diante da ordem burguesa? Discutindo a situação particular da Alemanha, logo após a chamada “Ação de Março” (de 1921), para defender esta última e refutar a tese que originou a tática da frente única, Lukács parte da elaboração teórica de Rosa Luxemburgo e reconhece que ela poderia ter razão ao associar a vida econômica em crise como geradora de revolta e consciência de classe. Acontece que, segundo Lukács, a revolta espontânea das massas, mesmo que se manifestasse como uma lei natural, não seria mais suficiente quando deflagrado o processo revolucionário.

Particularmente no caso alemão (ou italiano), a prevalência do reformismo levaria a revolução à derrota definitiva, e uma simples ação de esclarecimento e direcionamento seria insuficiente, exigindo-se do partido uma iniciativa política, uma tática ofensiva, que desse um novo impulso à classe operária. No artigo “Espontaneidade das massas, atividade do partido”, Lukács conclui:

E ofensiva significa retirar as massas proletárias de sua letargia mediante a ação autônoma do partido, empreendida no momento justo e com justas palavras de ordem; significa arrancar as massas de sua guisa menchevique mediante a ação (ou seja, organizativamente e não só idealmente), rompendo o nó da crise ideológica do proletariado com a espada da ação.⁶

O III Congresso da Internacional Comunista, realizado em junho e julho de 1921, e do qual Lukács participou, refutou a teoria da ofensiva e orientou o movimento para a tática da frente única, antecipada na Carta Aberta do Partido Comunista da Alemanha, em janeiro. Nesses mesmos anos, quando Lukács se encontra alinhado aos setores mais à esquerda da Internacional Comunista e destaca o conselho operário e o partido como instituições nodais para uma grande transformação ética que arranque a humanidade da via da barbárie, ele redige a série de ensaios que depois comporiam a obra *História e consciência de classe*^{*}, publicada em 1923. No conjunto, esse trabalho é marcado pela presença da dialética de cariz hegeliano, mas, do ponto de vista da teoria política, expressa o influxo de Rosa Luxemburgo e indica a aproximação com o pensamento de Lenin. Menos que para as sendas do chamado “marxismo ocidental”, Lukács (tal como Gramsci) se preparava para enveredar na rota da refundação comunista do século XX.

⁴ Idem, “La questione del parlamentarismo”, em *Scritti politici giovanili (1919-1928)* (Bari, Laterza, 1972), p. 84.

⁵ *Ibidem*, p. 86.

⁶ Idem, “Spontaneità delle masse, attività del partito”, em *Scritti politici giovanili*, cit., p. 148-9.

* 2 ed., São Paulo, Martins Fontes, 2012. (N. E.)

A aproximação definitiva de Lenin ocorre com o livro escrito logo após a morte do líder bolchevique, ao mesmo tempo que as críticas a *História e consciência de classe* se multiplicavam e culminavam no V Congresso da Internacional Comunista, realizado ainda em 1924. No congresso, além dessa obra de Lukács, as análises de Rosa Luxemburgo sobre a acumulação do capital e o imperialismo foram descartadas, e o “luxemburguismo” foi banido. Todos esses elementos, somados à consolidação da ditadura na Hungria, fazem Lukács se afastar da concepção essencialmente conselheira que alimentara nos anos anteriores, mas ele persevera na luta pela restauração da dialética na cultura marxista, mostrando o papel da subjetividade no fazer história dos homens e recusando as variantes de neokantismo e positivismo.

A ditadura democrática

A disputa política no Partido Comunista da Hungria que se desenrolou após a derrota da revolução envolve Lukács, que estava ao lado de Jenő Landler e em oposição a Béla Kun. Realizado o VI Congresso da Internacional Comunista, entre julho e setembro de 1928, cabia aos partidos realizar congressos que adequassem à orientação geral as condições particulares. Com a repentina morte de Landler, em fins de 1928, Lukács assume a responsabilidade pela redação do documento político que orientaria o II Congresso do Partido. Mesmo antes do fim do ano, o Comitê Executivo da Internacional Comunista repudiou o projeto, que viria a ser conhecido como as “Teses de Blum”, pseudônimo então utilizado por Lukács.

As teses propostas para discussão no II Congresso do Partido Comunista da Hungria dividiam-se em cinco partes, das quais a mais polêmica era a última, que tratava das perspectivas e dos problemas da atualidade e cujo conteúdo teórico é proeminente na discussão da ditadura democrática como mediação dialética. Desde logo, nesse texto, Lukács avalia que “o programa aprovado pelo VI Congresso Mundial inclui, corretamente, a Hungria entre aqueles Estados onde o problema da ditadura democrática desempenha um papel decisivo diante da passagem à revolução do proletariado”⁷. Antes de tudo, esclarece que “a concepção marxista da democracia burguesa como campo de batalha mais útil ao proletariado deve ser amplamente difundida entre os membros do partido. Deve-se compreender que a realização de tal campo de batalha requer grandes conflitos revolucionários”⁸.

Esclarece ainda que a ditadura democrática não é uma etapa demarcada entre o regime de ditadura das classes dominantes tradicionais e a ditadura do proletariado. E acrescenta: “as formas de uma ditadura democrática podem ser muito variadas”. Em seguida, expõe o caso russo:

no início da revolução de 1917 a ditadura democrática era realizada de forma bem precisa: uma destas formas era a de um contragoverno formado pelos conselhos de operários e soldados. A ditadura democrática, portanto, como completa realização da democracia burguesa, é, no sentido exato do termo, um campo de batalha, um campo de batalha totalmente decisivo entre burguesia e proletariado.⁹

⁷ Idem, “Teses de Blum (extrato): a ditadura democrática”, *Temas de Ciências Humanas*, n. 7, 1980, p. 19-30.

⁸ Ibidem, p. 20.

⁹ Ibidem, p. 20-1.

Parece que, para Lukács, é na ditadura democrática que se realiza a completa autonomia e emancipação da política e a luta de classes se mostra sem véus. A ditadura democrática é um terreno de possibilidades em aberto, pois apresenta

uma possibilidade de chamar as mais amplas massas, sublevá-las e dirigi-las à ação revolucionária espontânea, e também de afrouxar as formas organizativas e ideológicas com as quais a burguesia, em circunstâncias “normais”, desorganiza as amplas massas do povo trabalhador; a ditadura democrática é uma possibilidade de criar as formas de organização com as quais as amplas massas dos operários fazem valer seus próprios interesses contra a burguesia.¹⁰

Entende-se, desse modo, que a ditadura democrática, como radicalização da democracia burguesa, é um terreno de disputa em aberto, de confronto de forças organizadas, de perspectivas e projetos contraditórios. A ditadura democrática, ao completar as possibilidades da democracia burguesa – enquanto ápice de liberdade política –, tende a inviabilizar o domínio de classe da burguesia. Assim,

a ditadura democrática é essencialmente incompatível, no atual nível de desenvolvimento, com o poder econômico e social da burguesia, embora o explícito conteúdo de classe de seu objeto concreto e de suas reivindicações imediatas não vá além do âmbito da sociedade burguesa, mas represente, ao contrário, a completa realização da democracia burguesa.¹¹

O interesse da burguesia nesse trato é, portanto, estabelecer “aquela democracia ‘normal’ que garante o poder do capitalismo – ou, enfim, aquela situação em que o reconstruído aparato estatal, as organizações estatais, a hegemonia econômica da burguesia etc. tornam a suprimir a espontaneidade das massas”. A conclusão é que “a ditadura democrática [...], embora em seu conteúdo concreto imediato não vá além da sociedade burguesa, é uma forma dialética de transição para a revolução do proletariado – ou para a contrarrevolução”. Enfim, “a ditadura democrática, portanto, só pode ser entendida como a via concreta através da qual a revolução burguesa se desdobra em revolução do proletariado”, e isso só acontece pela autoatividade, pela ação autônoma e espontânea das massas¹².

Entende-se então que a democracia leva com ela a contradição dialética presente no movimento da vida social burguesa. A democracia “normal” é aquela que preserva o poder político e econômico da burguesia e desorganiza as massas trabalhadoras. A democracia burguesa completamente realizada e transformada em campo de batalha, ao modo de uma ditadura democrática, cumpre a função de “minar e desorganizar o poder político e econômico da burguesia, e de organizar as massas operárias para a ação autônoma”. Assim, a questão passa a ser: “qual classe será desorganizada em seu poder pela democracia? A democracia tem, do ponto de vista da burguesia, uma função de consolidação ou de destruição?”¹³. Não é possível deixar de notar nessa reflexão o eco das elaborações teóricas de Rosa Luxemburgo sobre o tema da democracia, mas também a virtual superação dos alicerces filosoficamente idealistas do pensamento de Lukács.

¹⁰ *Ibidem*, p. 21.

¹¹ *Idem*.

¹² *Ibidem*, p. 21-2.

¹³ *Ibidem*, p. 22.

Antes de fazer a análise concreta da particularidade húngara, Lukács chama a atenção para a importância de avaliar o cenário do pós-guerra, o imperialismo e as formas de poder da burguesia. A necessidade do esclarecimento decorre do fato de a democracia ter surgido no bojo das revoluções burguesas e de existir o exemplo emblemático dos Estados Unidos da América, “um ideal da atual burguesia dominante”¹⁴. Os Estados Unidos aparecem como ideal da burguesia porque, graças à ausência de um passado feudal e à sujeição das massas operárias, o poder político e a democracia da burguesia não precisaram das massas populares para se constituir. Esse é o melhor exemplo de uma democracia “normal”.

Por conseguinte, com o objetivo de desorganizar a classe operária, esse tipo de democracia tenderia a se difundir “nas mais diversas variações”. Assim, podemos observar que “a social-democracia, que no período imediatamente posterior à revolução russa concentrou suas forças numa ação de propaganda contra a ditadura do proletariado, tende a estimular a edificação de uma democracia de tipo americano em todos os Estados da Europa”¹⁵.

No entanto, na situação do pós-guerra, em virtude da disputa pelo mercado mundial e dos preparativos de uma nova guerra, “o imperialismo [...] é obrigado a fascistizar os sindicatos. Essa fascistização se manifesta sob formas muito variáveis”¹⁶. A solução italiana, na avaliação de Lukács, é “perigosa”, pois “à burguesia custa muito transformar a contrarrevolução pequeno-burguesa em consolidação da grande burguesia” e a burocracia operária que “se adapta ao sistema fascista se contrapõe perigosamente às massas operárias”¹⁷.

Lukács entende então que as formas de regulamentação legal dos conflitos de classe, criadas na Alemanha e na Inglaterra, por exemplo, eram mais eficazes para consolidar uma democracia “normal”. Postada nessa posição,

a social-democracia esconde dos operários os efetivos objetivos de classe de uma democracia possível na atual fase do imperialismo, e favorece a supressão das lutas de classe, o impedimento institucional das lutas salariais, a fascistização dos sindicatos, a inserção da social-democracia e da burocracia operária no aparato sindical fascista.¹⁸

O autor entende que a alternativa entre fascismo e democracia “normal” é falsa, pois ambos são apenas formas variantes de colaboração entre a grande burguesia e a burocracia operária. Aqui Lukács pensa já na particularidade da Hungria, onde tentativas de normalização estavam em pauta e aparentavam ser, na verdade, “uma espécie de fascistização”, dado que supunham a aludida colaboração. É nessa situação que emerge a proposição da luta de classe contra classe, de instauração da ditadura democrática.

O Estado da era imperialista também passa por transformações decisivas em razão de mudanças no processo produtivo que tornam mais estreitas as ligações entre Estado e grande capital, com apoio da burocracia operária. Lukács aponta diferenças claras entre

¹⁴ *Ibidem*, p. 23.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *Ibidem*, 23-4.

¹⁸ *Ibidem*, p. 24.

os Estados Unidos e a Europa para mostrar que “a tentativa de unir na Europa a democracia política com a ausência efetiva de influência das massas e com a supressão institucional ou arbitrária da luta de classe não levou a nada e não conseguirá atingir o ideal americano”. Esse seria o motivo por que “nenhuma burguesia europeia deixará completamente de lado a possibilidade de um tipo de fascismo ‘clássico’ (italiano)”. Mas, em geral,

um Estado capitalista e imperialista atual [...] é levado em igual medida a privar as massas de qualquer influência política e a contê-las e organizá-las estatalmente (ou ‘socialmente’ sob vigilância estatal). A forma democrática de fascistização é a mais eficaz para esse duplo objetivo, mas não é, em absoluto, a única forma.¹⁹

Ao entrar na análise da particularidade da Hungria, Lukács sugere precisamente que havia uma tendência à institucionalização de uma forma democrática de fascistização. Notava que “a derrota da revolução na Hungria levou ao poder as camadas pequeno-burguesas e os camponeses médios, que não conseguiram entretanto destruir ou reorganizar o movimento sindical”²⁰. Uma série de medidas legais poderia culminar num fascismo democrático, consubstanciado na mediação estatal dos conflitos. Com o apoio da social-democracia, “essa democracia constituiria a base social da contrarrevolução húngara”²¹.

A essa normalização, que se consolidaria com o estabelecimento de uma monarquia, o Partido Comunista deve se opor com reformas democráticas, que encontram seu ápice no “combate pela ditadura democrática”. Lukács propõe como palavra de ordem de agitação a luta pela república,

em cujo vértice esteja o governo dos operários e dos camponeses, como uma luta contra a liquidação democrática da democracia, como uma realização da palavra de ordem “classe contra classe”, como uma mobilização para a luta pela ditadura democrática.

Na tarefa prática de lutar em defesa dos interesses do operariado, “é preciso mostrar que no ponto central de todo o fascismo democratizado encontra-se o rebaixamento do nível de vida da classe operária e a liquidação do direito de greve”, de modo que “a luta pelos direitos civis burgueses deve ser ligada às exigências cotidianas dos operários”²².

Lukács parte do pressuposto de que “a peculiaridade do desenvolvimento húngaro está no fato de que a forma feudal de divisão da propriedade fundiária permanece inalterada ao lado do capitalismo relativamente adiantado e em via de ulterior desenvolvimento”²³. É dessa constatação que deriva a proposta política de luta pela radicalização da revolução democrática burguesa, sob a forma de uma ditadura da democracia que seja conduzida por uma frente única, nucleada na união de operários e camponeses, uma mediação necessária rumo à revolução socialista. Em síntese, o que Lukács faz é indicar o movimento possível do real de um fascismo democratizado até a revolução socialista, passando pela mediação da ditadura democrática, porém sem descartar que o mesmo movimento dialético da luta de classes poderia culminar no fascismo “clássico”.

¹⁹ *Ibidem*, p. 26.

²⁰ *Idem*.

²¹ *Ibidem*, p. 27.

²² *Ibidem*, p. 28.

²³ *Ibidem*, p. 29.

Para Lukács, parece claro que o fascismo “clássico”, com sua falta de liberdade, e a democracia “normal” são variações da mesma matriz liberal. Nos anos 1950, já na época da Guerra Fria e do macarthismo, ele sugeria que nos Estados Unidos, ao modo de um fascismo democrático, “tudo contribui para pôr em pé uma “democracia” que funciona como uma máquina bem azeitada e que pode atingir, de fato, sem romper formalmente com a democracia, tudo aquilo a que aspirava Hitler”²⁴.

Essa complexa e refinada elaboração teórico-política foi rechaçada pela direção da Internacional Comunista, que não aceitava nenhuma mediação no movimento da luta de classes e apregoava a revolução socialista imediata, dada a suposta fragilidade das burguesias e do capitalismo em crise. Lukács aceitou assumir a recusa do documento e preferiu se afastar da militância política partidária, mas não do movimento comunista, até mesmo para continuar sua atividade intelectual.

Stalinismo versus democracia popular

Lukács segue então para a URSS, onde toma contato com os inéditos *Manuscritos de Paris*, de Marx, e com os *Cadernos filosóficos*, de Lenin. Por determinação da Internacional Comunista, vai para Berlim, onde permanece de meados de 1931 até o começo de 1933, como orientador dos debates culturais e literários da intelectualidade comunista alemã. Quando o nazismo se instala no poder, volta para Moscou e ali permanece até o fim da guerra antifascista. Sua atividade intelectual mantém-se centrada em temas de arte e literatura, mas devemos destacar a importância – metodológica e política – de *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista** (redigido em 1938 e publicado apenas dez anos depois), que enfatiza a questão da alienação.

Nos anos moscovitas, Lukács buscou aprofundar, por meio da crítica cultural, o significado ideológico do liberalismo na defesa da ordem burguesa e o modo como o liberalismo degrada a democracia e penetra na ideologia do movimento operário, sob forma de reformismo. A degradação da democracia e da razão é uma porta aberta ao fascismo. Mas o próprio socialismo corre sérios riscos, como Lukács teve a enorme coragem de mostrar num artigo de 1940 intitulado “Tribuno do povo ou burocrata” e publicado em Moscou. Ele parte de uma passagem do opúsculo *Que fazer?*** de Lenin, para induzir uma generalização e uma analogia com a situação que se apresentava na URSS, opondo o tribuno do povo como marxista revolucionário ao burocrata, representante do oportunismo.

Mas, se havia burocratismo e oportunismo na URSS, esse era um fenômeno que demandava explicação. A hipótese de Lukács é que o burocratismo surge das dificuldades de uma rápida elevação cultural, que faz necessária a especialização,

mas a tarefa é exatamente a de colocar toda verdadeira conquista verificada num determinado setor em contato vivo com a evolução da sociedade inteira. Sempre que esse contato é deficiente ou prejudicado pela rigidez, acaba por prevalecer a deformação burocrática inerente à especialização.²⁵

²⁴ Idem, *El asalto a la razón* [A destruição da razão] (México, Fondo de Cultura Económica, 1959), p. 622.

* G. Lukács, *Il giovane Hegel e i problemi della società capitalista* (Turim, Einaudi, 1975, 2 v.).

** São Paulo, Hucitec, 1979. (N. E.)

²⁵ Idem, “Tribuno do povo ou burocrata”, em Leandro Konder, *Lukács* (Porto Alegre, L&PM, 1980), p. 163.

A questão que se colocava (e ainda se coloca) era a conciliação da universalidade do homem com as imposições da divisão do trabalho, sem o que a especialização se sobrepe, reforça a divisão do trabalho, transforma-se em espaço de poder, trunca a transição socialista e manifesta-se como burocratismo e oportunismo. Aqui Lukács lançava uma pista importante para explicar o socialismo de Estado ou o pseudossocialismo que se construiu na URSS.

A derrocada do fascismo diante do avanço do Exército soviético e do levante em armas dos povos subjugados desorganizou por inteiro as estruturas estatais de toda a Europa Central e Oriental e abriu a possibilidade concreta de instauração daquilo que Lukács, em 1928, havia descrito como ditadura democrática. O período de resistência contra o fascismo veio a mudar a linguagem para a exposição do conceito. A última fase da Internacional Comunista, que se inaugura em 1934, não é homogênea, mas caracteriza-se fundamentalmente pela política de coalizão antifascista, cuja amplitude varia de acordo com as situações nacionais e particularidades táticas. A orientação política e ideológica, que não poderia ignorar o contexto internacional, em particular depois de 1943, pregava a derrubada do fascismo e a instauração de uma sorte de nova democracia ou democracia popular.

Na Europa Oriental, do segundo semestre de 1944 até o segundo semestre de 1947, procedeu-se à construção da democracia popular, sob a forma do capitalismo de Estado, fase inicial da transição socialista em países atrasados. As formas e os conteúdos da democracia popular só poderiam ser muito diferentes, pois era necessário considerar elementos variados, como a posição da burguesia e da burocracia estatal diante do fascismo, as demandas do campesinato e seu substrato cultural, o grau efetivo de influência do Partido Comunista e a composição da coalizão de governo. Na Hungria, como em outros países, houve uma reforma agrária radical e procedeu-se à paulatina nacionalização das grandes fábricas, com ampla liberdade de organização e expressão política e cultural, num processo de radicalização da revolução democrática burguesa conduzida pela frente única das forças sociais e políticas que se opuseram (e se opunham) ao fascismo.

Mesmo residindo na URSS, e o Partido Comunista tendo conquistado apenas 17% dos sufrágios, Lukács foi eleito para o Parlamento da nova república húngara. Retorna em agosto para assumir seu lugar como deputado, professor de estética e dirigente da Academia de Ciências. Sinteticamente, ele expõe seu entendimento do que seria a ditadura da democracia, agora batizada de democracia popular:

A democracia popular cria e exige, por toda a parte, a constante participação das massas, consciente, orgânica e organizada, em todos os domínios do ser social que concernem aos interesses vitais do povo. Quer dizer: dentro dos limites permitidos pela continuidade da administração de um Estado de proporções mais ou menos grandes, a democracia popular desenvolve ao máximo a democracia direta como o fundamento para a prática da vida. (A superioridade da Iugoslávia em comparação com seus vizinhos pode ser explicada exatamente a partir do fato de lá as formas do Estado terem resultado das formas criadas pela prática da democracia direta na luta de libertação nacional).²⁶

²⁶ Idem, "Literatura e democracia", em Leandro Konder, *Lukács*, cit., p. 167.

A crítica da democracia burguesa é indispensável não só para defender a democracia popular, mas também para mostrar seu caráter de mediação na direção da revolução e da democracia socialista. A democracia liberal é uma falsa democracia, porque a massificação se transforma em manipulação por parte do poder político efetivamente restrito. É importante então que se difunda uma “concepção democrática do mundo”, pois essa é a condição para que se ofereça uma resposta convicta à questão: “a democracia deve ser apenas uma forma política e jurídica do Estado ou deve se transformar num modo de vida concreto para o povo?”. Para Lukács, a democracia popular pressupõe a realização de uma profunda reforma cultural, que supera a submissão religiosa, o fascismo e o liberalismo, e completa-se como “uma verdadeira articulação do poder do povo trabalhador”²⁷.

No entanto, a articulação de um novo poder imperial centrado nos Estados Unidos se debruçava sobre a Europa Ocidental, contribuindo para a reorganização das classes dominantes aliadas e o emperramento do avanço democrático que se processava enquanto as massas populares se organizavam. Essa empreitada visava, em última instância, evitar que a democracia popular, forma transitiva para a revolução socialista, se difundisse para o conjunto da Europa. A força militar soviética era apenas um subterfúgio para a tensão militar de que se precisava.

A ameaça militar sobre a URSS fez com que esse Estado se reorganizasse, priorizando mais uma vez a defesa, e, para isso, avançou sobre a zona das democracias populares. Cada um dos países da região sentiu-se obrigado a participar do esforço de defesa, ao mesmo tempo que construía o “socialismo”. As forças políticas que compunham a coalizão de governo com os comunistas foram expulsas (como foram expulsos os comunistas na Europa Ocidental) e a oposição foi banida; os próprios partidos do movimento comunista foram depurados dos que simpatizavam com a Iugoslávia (a mais avançada das democracias populares, segundo Lukács), que recusou ser parte da zona imperial russa. Lukács sentiu-se obrigado, mais uma vez, a se conciliar com a realidade, assim como fizera entre 1929 e 1945, em face da ditadura burocrática e do obscurantismo staliniano. Foram muitas as críticas intelectuais que sofreu, mas não foi diretamente acusado de “titoísta”.

Em 1956, a crise política se abateu sobre quase todos os regimes políticos da Europa Oriental, como desdobramento do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, e atingiu sobremaneira a Hungria. A Europa Oriental devia se adequar às novas condições do poder político na URSS, mas a Hungria ameaçou transbordar a situação. As manifestações populares e o surgimento de conselhos operários obrigaram a mudança na direção do Estado e do governo, o que levou à ampliação do Comitê Central do partido e à formação de um ministério liderado por Imre Nagy, do qual Lukács fez parte como ministro de Educação e Cultura. O movimento parecia se encaminhar para o resgate da democracia popular do final da guerra ou mesmo para a democracia dos conselhos.

O grave erro de Nagy – tentar transformar a Hungria numa extensão da zona neutra formada por Suíça e Áustria – acabou provocando uma crise no governo. A consequência foi a demissão de Lukács, a queda do próprio governo e um levante popular, seguido da intervenção militar soviética. A insurreição de Budapeste teve motivações múltiplas e contrapostas: os conselhos clamavam por uma real democracia popular e

²⁷ Idem, “Arte livre ou arte dirigida”, em Leandro Konder, *Lukács*, cit., p. 171.

socialista, em oposição à burocracia estatal e partidária; setores sociais do campo e da cidade, assim como a intelectualidade, pensavam numa democracia liberal ao estilo austro-alemão; o partido se dividiu sobre o encaminhamento das indispensáveis reformas. A solução foi oferecida pela intervenção militar externa, que garantiu a permanência da Hungria no espaço estratégico da URSS e o encaminhamento de algumas reformas, sobretudo na agricultura.

Lukács se abrigou na Embaixada da Iugoslávia, sendo depois preso e deportado para a Romênia. Ali ficou em prisão domiciliar até abril de 1957, quando a situação no país já se “normalizava”. Durante três anos, Lukács foi novamente vítima de críticas muito duras, mas não se abalou, envolvido que estava no trabalho que redundaria em suas derradeiras e importantes obras sobre estética e ontologia.

Do ponto de vista da política, ficou dez anos afastado do novo Partido Operário Socialista da Hungria. No entanto, observava nos novos governos da Europa Oriental, em particular no de Kruchev, uma possibilidade de retomada da capacidade crítica e da reforma cultural de massa, sem o que não haveria efetivo socialismo. Esse processo seria produto, segundo ainda confiava Lukács, da ação do partido e dos intelectuais. Indispensáveis para a retomada do processo democrático do socialismo eram o conhecimento e a crítica da fase staliniana.

Crítica do stalinismo e democratização socialista

Uma breve tentativa nessa direção foi esboçada por Lukács em uma carta a Alberto Carocci, publicada na revista italiana *Nuovi Argomenti*, em outubro de 1962. Ele segue a sugestão de Togliatti de que a explicação do fenômeno do stalinismo deveria ser buscada em sua gênese social, cujo “ponto de partida só pode ser a situação interna e internacional em que se processou a revolução proletária russa de 1917”²⁸.

A sucinta avaliação que Lukács faz da URSS no decorrer dos anos 1920 é bastante discutível e mesmo subjetiva, escapando da proposição feita anteriormente para a explicação do fenômeno. A rigor, ele entende como correta a atuação de Stalin, que teria sido quem melhor seguiu a orientação de Lenin. O problema surge quando Stalin passa a seguir algumas das diretrizes e métodos de Trotski. O argumento fica ainda mais frágil quando Bukharin é descartado por sua apontada debilidade no manejo da dialética. Quando Lukács define Stalin como aquele que percebeu a solução correta para a difícil situação russa, teria sido porque o “socialismo num só país” era a resposta para o dilema entre o aventurismo (Trotski) e a capitulação (Bukharin?). Lukács ainda segue Stalin ao reconhecer que “o problema central, que objetivamente consistia na obtenção de um ritmo acelerado de industrialização, era, com toda a probabilidade, difícil de ser resolvido nos quadros da democracia proletária normal”²⁹.

Dessa constatação crucial para qualquer explicação do fenômeno social do stalinismo, Lukács apenas observa que a industrialização se fez em contraste não só com a democracia proletária, mas também com o método do pensamento e da ação de Lenin. A mais grave decorrência do stalinismo, do ponto de vista teórico e cultural, é que ele passou a

²⁸ Idem, *Carta sobre o estalinismo* (Lisboa, Seara Nova, 1978), p. 17.

²⁹ Ibidem, p. 20.

ser identificado com o próprio marxismo, mesmo sendo seu oposto. Assim, o stalinismo aparece como uma sorte de destruição da razão não pelo irracionalismo, mas pelo hiper-racionalismo.

A partir de então, Lukács passa a analisar o stalinismo como poder político derivado do método de pensamento de Stalin. Lukács localiza o problema na tendência de Stalin a abolir as mediações, indispensáveis numa reflexão dialética e numa prática política emancipatória. Sem mediações, a teoria e a prática se vinculam de imediato, de onde se desdobram o subjetivismo e mesmo o partidarismo, que atinge até a expressão cultural.

Lukács estava ciente de que grande parte dos quadros políticos dos países identificados como socialistas haviam sido formados na perspectiva stalinista e isso poderia provocar recaídas sobre o almejado processo de renovação. O essencial, contudo, era a implantação de medidas econômicas e políticas que introduzissem na realidade social “uma democratização geral no sentido comunista”, porque “o renascimento cultural dentro do socialismo exige uma renovação democrática que se faça sentir em toda a vida social e que se constitua numa base saudável para ele”³⁰.

A argumentação de Lukács nessa carta está fundada em pressupostos que, nos dias de hoje, podem facilmente ser qualificados de equivocados, como supor que Stalin seguiu Lenin até 1929 e depois mudou. Mais sério, porém, é identificar o governo de Stalin como um período de edificação socialista sem democracia proletária, como se isso fosse possível. Lukács está muito aquém do Blum de 1928, assim como do parlamentar de 1946. Seu erro era pressupor que houvesse já socialismo, ainda que deformado.

Lukács foi formalmente admitido como quadro do Partido Operário Socialista da Hungria em 1967, após dez anos à margem. Talvez fosse a Hungria, além da Iugoslávia, o país socialista mais tolerante naquele momento. Na Checoslováquia também havia uma importante movimentação dos intelectuais, que exigiam a democratização. A queda de Kruchev e a ascensão de Brejnev na direção política da URSS foram vistas por Lukács como um grande recuo, se bem que não surpreendente, pois havia já antecipado que o movimento de renovação do socialismo seria lento e tortuoso.

O ano de 1968 assistiu a uma intensa movimentação política e cultural em quase todo o mundo, o que obviamente chamou a atenção do velho combatente: a luta pela emancipação nacional no chamado Terceiro Mundo, a ascensão do movimento operário em alguns dos Estados imperialistas e, sobretudo, a rebelião juvenil e feminina contra a alienação. Essas manifestações, entrelaçadas com outras análogas na Iugoslávia, na Polônia e na Checoslováquia, sugeriam um movimento geral de democratização, que poderia contar com efeitos revolucionários, acuando o imperialismo e o stalinismo e contribuindo para a paz e a democracia.

A experiência de democratização na Checoslováquia despertou grandes expectativas e serviu de fundamento para a reflexão sobre os intensos acontecimentos daquela fase histórica. Pressionada pelo mundo da cultura, uma fração do Partido Comunista da Checoslováquia assumiu a direção da vida política com a perspectiva da democratização se-

³⁰ Ibidem, p. 37.

gundo os termos colocados por ocasião da democracia popular de 1945-1948 – que culminou em fevereiro de 1948 com a tomada do poder pelos comunistas, então amplamente majoritários no país. A intervenção repressiva dos exércitos do Pacto de Varsóvia, em agosto de 1968, acabou com a experiência e com muitas ilusões, talvez do próprio Lukács, que decidiu interromper seu trabalho sobre a ontologia do ser social e se dedicar à redação de um texto que abordasse a questão da democracia.

Esse texto, redigido em fins de 1968, não pôde ser publicado na Hungria antes de 1985. Na Itália, onde Lukács preferia que fosse publicado pela editora do Partido Comunista Italiano com rapidez e prioridade, só veio à luz em 1987. O título original é *Demokratisierung heute und morgen* (Democratização hoje e amanhã), mas foi traduzido com outros títulos³¹.

Nesse ensaio, Lukács desenvolve algumas hipóteses postas na *Carta sobre o stalinismo* e supera algumas de suas deficiências. O objetivo é desvendar a possibilidade de retomada do processo de democratização socialista nos Estados identificados como de “democracia popular” ou “socialistas” – na verdade, “stalinistas”. Mas, antes de chegar a esse ponto, trata de esclarecer a questão de método, na verdade crucial no decorrer de todo o texto. Lukács distancia-se das análises particularistas, e também das naturalistas, para assim reafirmar o método dialético de Marx como o mais apto a enfrentar o problema teórico do processo de democratização “de um ponto de vista histórico, como concreta força política ordenadora daquela particular formação econômica sobre cujo terreno ela nasce, opera, torna-se problemática e desaparece”³².

Antes de tudo, portanto, é preciso esclarecer a pluralidade das bases econômicas da democracia. A democracia antiga pressupunha a existência de uma situação social em que havia uma relativa igualdade entre cultivadores proprietários de parcelas de terra e que evoluiu para relações escravistas de apropriação do trabalho, a fim de possibilitar a um conjunto restrito de homens cidadãos, liberados das atividades produtivas, o exercício pleno e conjunto do poder político/público. A concentração da posse da terra, a proletarianização e o avanço do escravismo aguçaram as contradições sociais e levaram a democracia grega ao fim.

A democratização que se desdobra das revoluções burguesas tem um caráter oposto ao da democracia da pólis grega, se considerarmos que esta destacava o caráter público do indivíduo – que, por sua vez, subsumia sua vida privada aos interesses da coletividade –, enquanto a democratização burguesa prioriza a dimensão privada da vida. Mas, ao fazer isso, amplia em muito a emancipação da individualidade e, ao mesmo tempo, emancipa idealmente a política, o público, o coletivo, o Estado; ou seja, o indivíduo proprietário da sociedade civil se projeta idealmente no homem cidadão da vida pública. Essa idealidade das formas estatais é que aparece como “o instrumento mais apropriado para afirmar sem obstáculos os interesses individuais do egoísmo capitalista sob a máscara de interesses ideais de natureza universal”³³.

³¹ No Brasil, foi publicado na estupenda coletânea de Lukács, *Socialismo e democratização: escritos políticos (1956-1971)* (org. e trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, Rio de Janeiro, UFRJ, 2008). Tal como sugerido pela edição norte-americana de 1991, recebeu o título de “O processo de democratização”; na edição italiana de 1987 levou o nome de “L'uomo e la democrazia”.

³² G. Lukács, “O processo de democratização”, cit., p. 85.

³³ *Ibidem*, p. 93.

Lukács nota que “o que hoje se costuma chamar de liberdade é o resultado da indiscutível vitória das forças capitalistas” e “a democracia atual é a democracia de um imperialismo manipulado”³⁴. Exatamente por isso é necessário realizar a crítica radical da democracia burguesa e dos processos de democratização conduzidos pela lógica do capital, pois não podem ser estes mais do que expressão do egoísmo burguês. Essa premissa sobre os fundamentos econômico-sociais da democracia apareceu como necessária para garantir que a saída do “stalinismo” não pudesse ser de modo algum uma democratização burguesa, posto que a socialização dos meios de produção era já uma realidade nos “Estados socialistas”. Mais sério ainda é que “qualquer tentativa de colocar em prática essa alternativa democrático-burguesa conduziria à liquidação do socialismo e, com enorme probabilidade, da própria democracia”³⁵.

O problema de fundo que Lukács se coloca é analisar e compreender o modo de ser do socialismo no momento em que escreve, para que depois possa ser posto o problema da democratização. Ele parte da seguinte definição: “O ser social efetivo do socialismo atual é aquele conjunto de instituições sociais, de tendências, de teorias, de táticas etc. que emergiram da crise do período staliniano”³⁶.

Lukács se ampara na formulação que Togliatti elaborou nos desdobramentos da crise aberta pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que

exigia é que os aspectos decisivos de um período tão importante do desenvolvimento do socialismo, capaz mesmo de incidir sobre o seu destino, fossem esclarecidos de modo a tornar praticamente possível, mediante reformas corretamente adotadas, corrigir os erros e trazer de volta a uma vida sadia aquilo que estava doente.³⁷

Percebe-se por aí que Lukács parte do pressuposto de que a URSS (e a Europa Oriental) era um Estado no qual se desenvolvia o socialismo e onde erros graves foram cometidos, mas estes poderiam ser sanados mediante reformas adequadas. Esse pressuposto impôs limites decisivos à avaliação de Lukács sobre o que realmente se passava na experiência histórica que colocava sob mira.

A reflexão de Lukács está centrada muito mais numa abordagem do método e da teoria do que na análise concreta, social e histórica, no empenho de explicação do “stalinismo”, mesmo que destaque a importância decisiva da história social, ainda a ser pesquisada. Certo é que o ponto de partida é a indicação do caráter “não clássico” da revolução na Rússia, com a importância crucial da questão agrária, do atraso das forças produtivas e, depois, do isolamento internacional. Lukács destaca que Lenin tinha o entendimento de que

o primeiro grande ato da passagem ao socialismo, a socialização dos meios de produção, sua concentração nas mãos dos trabalhadores, tem como consequência necessária que os atos sociais referidos à totalidade da economia devam se tornar também eles conscientes. Precisamente por isso, os trabalhadores deixam de ser servidores para se tornarem senhores do desenvolvimento social.³⁸

³⁴ Ibidem, p. 94-5.

³⁵ Ibidem, p. 106.

³⁶ Idem.

³⁷ Ibidem, p. 107.

³⁸ Ibidem, p. 111.

Acontece que a condição para o desenvolvimento da consciência da necessidade do trabalho associado como momento incontornável rumo ao “reino da liberdade” é a auto-educação na democracia socialista. O problema teórico a respeito do qual Lukács se questiona é “qual deve ser, em tal período de transição, a relação entre a práxis meramente econômica, destinada simplesmente a eliminar o atraso, e os atos, as instituições etc. diretamente orientados para o conteúdo socialista, voltados para a promoção da democracia proletária?”³⁹.

Na democracia socialista, o movimento da economia é conduzido por uma teleologia unitária, que envolve o conjunto da vida social, mas pressupõe a atividade autônoma dos trabalhadores. A democracia deve se tornar costume, hábito (cultura, diríamos hoje), e tomar conta da vida cotidiana em todas as relações sociais. Então, e “por isso, a tarefa da democracia socialista é penetrar realmente na inteira vida material de todos os homens, desde a cotidianidade até as questões decisivas da sociedade; é dar expressão a sua sociabilidade enquanto produto da atividade pessoal de todos os homens”⁴⁰.

Lukács parte da compreensão de que Lenin tinha o domínio da teoria e do método dialético revolucionário concebido por Marx, daí ser capaz de perceber que a transição socialista exigia, talvez mesmo antes de o poder operário ser instaurado, um processo de democratização que fosse oposto à democracia burguesa. Lenin tinha essa consciência exatamente porque partia sempre da noção de totalidade dialética e tinha claro que o escopo do socialismo era a superação da contradição posta na democracia burguesa entre sociedade civil e Estado, entre homem concreto e cidadão abstrato, entre interesse e idealidade.

Na avaliação de Lukács, a tragédia começa no fato de os sucessores de Lenin terem rompido com os fundamentos de seu método e até mesmo com o marxismo. Aqui emerge um problema muito sério na análise de Lukács, que é colocar o fenômeno do stalinismo como originado principalmente no plano da disputa política e ideológica do grupo dirigente bolchevique, e não no processo da luta de classes.

De todo modo, a análise teórico-ideológica dos principais dirigentes da URSS após a morte de Lenin é bastante importante e elucidativa. À parte as diferenças individuais, Lukács nota que o primeiro aspecto regressivo a se manifestar foi o desaparecimento do primado da perspectiva histórica e estratégica em favor da tática, tal como acontecia na social-democracia alemã, o que abriu as portas para o abandono do método de Marx. Assim, torna-se compreensível o abandono da perspectiva da totalidade e da democracia socialista em favor da prioridade da economia, de modo que, tal como na social-democracia, emergisse uma variante de economicismo como forma de regressão teórica.

Num ambiente político e ideológico em que predominava a questão da tática, dissociada da visão estratégica, o melhor tático – que era Stalin – foi o vitorioso. Segundo Lukács, diante da falsa alternativa posta pela disputa tática entre insistir na difusão da revolução socialista e tentar construir o socialismo no isolamento, Stalin levou a melhor e instaurou o poder autocrático em 1929. Lukács aponta que houve uma ruptura com o método de Marx e Lenin e o abandono da democracia socialista a ponto de surgir um poder autocrático.

³⁹ Ibidem, p. 113.

⁴⁰ Ibidem, p. 117.

O que se pergunta é por que Lukács não concluiu que houve uma ruptura com o próprio processo de transição socialista, tampouco indagou a base social de sustentação de tal poder. Em sua avaliação, a resposta está no fato de que a socialização dos meios de produção por si só era um elemento de socialismo e o notável avanço das forças produtivas e das condições de vida dos trabalhadores indicava passos importantes na construção socialista, ainda que sem democracia.

O problema estava em analisar a “deformação” staliniana para que pudesse ser superada. Lukács localiza o cerne de tal deformação no método de Stalin, mas observa que a particularização da economia como ciência positiva perpassava todo o debate depois da morte de Lenin. A partir disso, pode-se estabelecer a dissociação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a democracia socialista.

Lukács diz que o marxismo staliniano implicava a negação da democracia socialista e do próprio marxismo enquanto método, mas o problema concreto que se colocou para a URSS foi o da possibilidade ou não de construir as premissas materiais da transição socialista e, ao mesmo tempo, a democratização. A democracia socialista já sofria de corrosão por sua origem, pois “os fatores econômicos decorrentes do atraso do Império russo, mesmo que por vezes fossem esquecidos, terminavam na realidade por agir subterraneamente na direção do enfraquecimento dos soviets, de sua deformação burocrática”⁴¹.

Para Lukács, ainda que a deformação burocrática já estivesse presente desde o período da guerra civil, o fato é que Stalin acabou por desmantelar as instâncias da democracia socialista, e o resultado foi que “a tendência dominante na vida dos cidadãos tornou-se, universalmente, a burocratização da práxis política e administrativa”⁴². No entanto, Stalin obteve resultados “numa questão decisiva, iniludível, do desenvolvimento do socialismo, ou seja, a da construção de uma base econômica que tivesse como meta superar as desvantagens da sua gênese ‘não clássica’ na Rússia”⁴³.

A época de Stalin teria sido, então, a da “acumulação socialista primitiva”, durante a qual o poder dos soviets foi expropriado pela burocracia estatal e regulamentado de modo a que todas as instâncias democráticas fossem extintas, sendo assim “bloqueados na prática todos os caminhos que podiam levar o desenvolvimento do socialismo na direção do ‘reino da liberdade’”⁴⁴. Apesar do método staliniano, na visão de Lukács, essa acumulação originária teve vários impactos positivos, como a busca pela paz e a formação cultural maciça de jovens especialistas.

A improvável democratização

Realizada a tarefa de recuperação do atraso da base material e criadas as condições efetivas da transição socialista, tratava-se agora, em fins dos anos 1950, de dar início à democratização. O processo de democratização, para Lukács, aparece então como uma necessidade do próprio desenvolvimento econômico, que exige formas mais participativas e descentralizadas de planejamento. O problema passa a ser como fazer isso, se “a

⁴¹ Ibidem, p. 146.

⁴² Ibidem, p. 154.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ibidem, p. 169.

atividade autônoma das massas praticamente desapareceu, não apenas na chamada grande política, mas também na regulação da vida cotidiana dessas massas⁴⁵. Como não se vislumbra uma autoatividade das massas que resulte na formação de um movimento como o dos conselhos de 1905 ou 1917, a única perspectiva plausível para a democratização é a ativação da “opinião pública”. Mas até para isso há uma dificuldade marcante: o hábito adquirido de se comportar de forma passiva e burocrática na vida cotidiana, de tal maneira que até a reprodução do cidadão idealizado no Estado era burocrática e desapaixonada.

A dificuldade é percebida por Lukács, mas, do ponto de vista concreto, ele não vislumbra outra possibilidade senão ativar a “opinião pública”, dar-lhe voz e permitir que se organize em autonomia. Isso seria apenas um início da longa e difícil tarefa de romper com o hábito consolidado na era staliniana, de modo que “a construção e o aperfeiçoamento da dimensão socialista subjetiva da sociedade continua a ser a grande tarefa do presente e do futuro”, e isso porque “o ordenamento econômico e social implantado na época de Stalin era certamente capaz de superar amplamente o grande atraso econômico; mas, ao contrário, mesmo mantendo o seu caráter socialista de fundo, não era capaz de eliminar o modo de ser da formação capitalista⁴⁶.”

A diretriz indicada por Lukács para ativar a democratização socialista pressupõe, antes de tudo, o renascimento do marxismo, o resgate do método de Marx e Lenin na construção de uma práxis social emancipada. Todavia, naquelas circunstâncias históricas, segundo avalia Lukács, a democracia socialista “não pode surgir de modo espontâneo, mas é absolutamente um trabalho plenamente consciente para despertá-la, para pô-la em movimento⁴⁷.”

Como então alcançar o duplo objetivo de fazer renascer o marxismo e a democracia socialista dentro de uma formação social que havia se recuperado do atraso econômico originário, mas preservava o hábito, o modo de ser das formações classistas? A resposta de Lukács é que essa missão demandaria uma intervenção “de fora”: a consciência da necessidade da renovação do marxismo e da ativação da democratização só poderia vir do Partido Comunista, ou seja, do próprio poder político existente!

Para que houvesse de fato essa possibilidade, era imprescindível, para Lukács, que o partido ganhasse autonomia em relação ao Estado, assim como que o sindicato ganhasse autonomia para defender a classe operária. Em relação ao partido, peça-chave dessa operação, era necessário afastar os continuadores/herdeiros da época staliniana, que apregoavam a continuidade em detrimento da descontinuidade radical defendida por Lukács. Na verdade, Lukács era até otimista quanto à possibilidade de uma reforma interna do socialismo, pois pensava que, para evitar a crise, era inevitável uma reforma econômica – que demandaria, ela mesma, a ativação da democratização e o ressurgimento dos soviets.

Em janeiro de 1971, Lukács concedeu uma entrevista a György Aczél, ministro da Cultura, logo depois de um congresso do partido de governo da Hungria. Nessa entre-

⁴⁵ Ibidem, p. 170.

⁴⁶ Ibidem, p. 180.

⁴⁷ Ibidem, p. 188.

vista, cujo objeto era a situação da Hungria e que pode ser considerada um testamento político, nota-se que Lukács se aprofunda de maneira mais radicalmente crítica em questões que já havia posto no ensaio sobre a democratização. De início, nega a existência de uma democracia na Hungria, e uma demonstração disso é a ausência de autonomia sindical. Os sindicatos estavam sujeitos a uma estatização burocrática, inteiramente oposta à democracia sindical. Evidencia-se assim “o desaparecimento daquela relação cotidiana e de mútua compreensão que era possível entre o partido, o governo e a classe operária”⁴⁸.

A questão cultural, sempre tão cara a Lukács, aparece como outro indicativo da não democracia na Hungria. É claro que ele entende cultura em sentido bastante amplo, que inclui o modo de ser, o hábito social e o cotidiano, e, nesse aspecto, destaca a importância para a humanização do homem do conceito de trabalho benfeito, honrado e digno, que fora sepultado pelo stalinismo. A noção de trabalho digno e benfeito estimula o operário a saber mais, a estudar mais, de modo a formar uma cultura do trabalho. Mas “como ainda não superamos a era stalinista, fomos obrigados a reforçar tendências na vida cotidiana dos operários que não levam ao socialismo”⁴⁹. Para estimular a produção, passou-se a utilizar atrativos próprios do capitalismo – o acesso ao consumo – em oposição a ações destinadas a forjar a cultura do trabalho, a fazer do trabalho a primeira necessidade vital.

Por considerar que, de um lado, “toda cultura cresce num terreno determinado, estimulada pelas respostas a problemas econômicos concretos (em última instância, em relação à classe operária) de uma época determinada e de um país determinado; e pelo qual, de outro lado, em obras de arte, pinturas, composições musicais, obras literárias etc., os produtos adquirem um certo significado internacional”, Lukács diz ser “ridículo que alguém tome uma questão cultural como problema de Estado”⁵⁰, como ainda acontecia na Hungria. A análise que ele faz da particularidade húngara pode muito bem ser estendida ao conjunto de Estados que se articulavam em torno da Rússia, já que a maior parte da região era originária de formações sociais semelhantes, ao modo de um absolutismo feudal.

Como excelente pista para explicar a condição concreta da Hungria, diz que “em muitos países, sobretudo em países conservadores como a Hungria, surge a concepção segundo a qual a manutenção da continuidade é similar à manutenção do ser nacional”⁵¹. O resultado dessa expressão cultural de identidade nacional contribuiu para preservar a Hungria feudal. Na verdade, “nunca existiu uma verdadeira oposição à Hungria feudal. Não se deve esquecer que o latifúndio feudal só foi destruído em 1945”⁵².

O que Lukács, enfim, pretende afirmar é que qualquer possibilidade de um “verdadeiro socialismo” na Hungria passa por uma crítica radical da herança cultural do feudalismo e da era Rákosi (1948-1956), a expressão local do stalinismo. Parece que Lukács identificava o falso socialismo de Rákosi e o extermínio do movimento operário efetuado por ele com a herança feudal e, por isso, era inaceitável que se tratasse a história húnga-

⁴⁸ Idem, “Testamento político”, em *Socialismo e democratização*, cit., p. 219.

⁴⁹ Ibidem, p. 224.

⁵⁰ Ibidem, p. 226.

⁵¹ Ibidem, p. 228.

⁵² Ibidem, p. 229.

ra recente em termos de continuidade. A instauração do “verdadeiro socialismo”, em oposição ao “socialismo autoritário-burocrático” que sustentava a herança feudal, exigia que fossem afastados do aparato do partido e do governo os representantes dessa vertente cultural e política. Mas essa ação seria eficaz caso se estimulasse a liberdade política e cultural, a liberdade de organização social e sindical.

À medida que radicaliza a crítica, Lukács torna-se necessariamente mais cético quanto à possibilidade de mudança. A dinâmica da vida política dos países ditos socialistas era bastante complexa e contraditória, mas a reversão burocrática na URSS, com a consolidação do poder pessoal de Brejnev, foi decisiva. O impulso para a democratização na Hungria, na Checoslováquia e na Polônia foi contido no início dos anos 1970. Lukács deu-se conta dos limites da democratização em seu país, de certo modo impostos pela intervenção na Checoslováquia e pela repressão na Polônia, onde era clara a oposição da classe operária às instituições do Estado.

Nesse seu “testamento”, Lukács chega muito perto de perceber, enfim, que não estava em andamento a transição socialista. Foi ele mesmo quem disse que, depois de 1929, instaurou-se na URSS um poder autocrático e anularam-se a democracia socialista e a autonomia das massas; do ponto de vista do método, o economicismo predominou, a dialética revolucionária e até mesmo o marxismo foram abandonados e a burocratização estatal estendeu-se ao partido e ao sindicato. Como poderia tudo isso ainda ser identificado com a transição socialista ou mesmo como uma “acumulação primitiva socialista”?

Lukács acreditou que o resgate do método de Marx, o renascimento do marxismo e a ativação da “opinião pública”, acoplados às necessárias reformas econômicas subsequentes à “acumulação primitiva”, levariam à democratização socialista e a mudanças institucionais decisivas, como a separação entre Estado, partido e sindicato, assim como a garantia de ampla liberdade de produção cultural. O sucesso dessa operação de democratização dependeria de qualquer modo de o partido comunista no poder servir de agente da retirada das massas trabalhadoras da letargia em que estavam imersas. Mas podia um organismo que vivia da letargia das massas servir efetivamente de agente de fermentação da autoatividade e da autoeducação das massas?

Toda a ilusão de Lukács estava fundada na existência da chamada “socialização dos meios de produção”. Ao avaliar a persistência da herança feudal, da continuidade básica entre o feudalismo e o regime de Rákosi, Lukács esteve a um passo de dizer que o socialismo construído na URSS e na Europa Oriental era um socialismo feudal e burocrático de Estado.

Seria um socialismo em que, por meio da estatização completa do processo produtivo, o Estado autonomizado das massas se apropriava do valor socialmente produzido a fim de proceder à distribuição desigual da riqueza, gerando uma casta dominante e privilegiada, ainda que não diretamente proprietária. Nessas condições, os trabalhadores haviam sido expropriados de sua dignidade e subjetividade autônoma, transformados em força de trabalho produtora de valor apropriado pela dimensão da política. Assim, a socialização dos meios de produção não era mais do que uma ficção, posto que o Estado não era efetivamente socialista, a não ser para a camada burocrática feudal reciclada.

Em vez da esperada democratização socialista, esse socialismo de Estado aprofundou o burocratismo e dele só encontrou saída pela instauração de um capitalismo periférico

e subordinado ao imperialismo. Lukács, contudo, estava certo ao dizer que a única saída avançada do stalinismo seria a democratização socialista, pois a opção alternativa de uma saída capitalista seria regressiva. O surgimento autônomo de conselhos populares de local de trabalho e território seria a única via para ativar a democratização socialista. Sem a autoatividade das massas, sem instituições de autogoverno – como apregoava o conselho alemão, que levou Lukács ao marxismo –, não haveria real transição socialista. Perto do fim da vida, Lukács voltava ao começo, pois ética teria de implicar a superação da dominação política sob a forma que viesse a se manifestar, e a rebeldia espontânea das massas deveria se coadunar com uma direção consciente da necessidade da emancipação.